

NACIONALISMO E EDUCAÇÃO BRASILEIRA: REFLEXÕES SOBRE O PENSAMENTO DE JOHN DEWEY E ANÍSIO TEIXEIRA

LEILA MARIA INOUE (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA).

Resumo

Neste texto apresento parte dos estudos realizados em minha pesquisa de mestrado intitulada "O nacionalismo através dos impressos: a Revista de Educação (1921–1923) e a coleção Atualidades Pedagógicas (1931–1924)", sob a orientação da Dra Ana Clara Bortoleto Nery. O propósito central é compreender e analisar a circulação das idéias nacionalistas na formação de professores primários na Revista de Educação (1921–1923) e na coleção Atualidades Pedagógicas (1931–1945). O objetivo deste texto é refletir sobre a concepção nacionalista de educação presente no livro *Democracia e Educação*, de John Dewey, pois este livro faz parte da coleção; analisar em que medida, Anísio Teixeira se apropriou do pensamento de Dewey para defender suas idéias e, analisar em que medida as idéias de Teixeira estavam de acordo com a ideologia do Período Vargas (1930–1945). Este trabalho está sendo desenvolvido sob a perspectiva da História Cultural, baseado nas premissas de Roger Chartier e problematizada por Marta Carvalho. Tal referencial toma o impresso em sua materialidade de objeto cultural se preocupando com as práticas que o produzem e os usos que são feitos deles. Com isso, os impressos de destinação pedagógica, devem ser analisados da perspectiva de sua produção, distribuição, como estratégias editoriais correlacionadas com os usos que modelarmente lhe são prescritas e, ainda, como dispositivo de normatização pedagógica e como suporte material das práticas escolares. Desse modo, os impressos funcionavam como dispositivos de normatização pedagógica, como suporte material das práticas escolares que circulavam naquele momento. Particularmente, os livros da coleção Atualidades Pedagógicas podem ser analisados como meio para divulgar os ideais políticos e educacionais do grupo dos educadores renovadores (escolanovistas).

Palavras-chave:

nacionalismo, impressos pedagógicos, Atualidades Pedagógicas.

Neste trabalho[2] tenho por objetivos refletir sobre a concepção nacionalista de educação presente no livro *Democracia e Educação*, de John Dewey, traduzido no Brasil por Godofredo Rangel e Anísio Teixeira e publicado pela Companhia Editora Nacional em 1936, e analisar em que medida, Teixeira se apropriou do pensamento de Dewey para defender suas idéias educacionais.

Este texto foi desenvolvido tendo como base as perspectivas da História Cultural e tem a finalidade contribuir para minha pesquisa de mestrado intitulada *O nacionalismo através dos impressos: a Revista de Educação (1921-1923) e a coleção Atualidades Pedagógicas (1931-1924)* e compreender como os ideais nacionalistas foram divulgados nos impressos de destinação pedagógica no Período Vargas.

A análise de impressos de destinação pedagógica é importante para a História da Educação, pois revelam as tendências educacionais, políticas e culturais que formavam os professores em determinadas épocas e lugares. Nesse sentido, Chartier afirma que "não existe texto fora do suporte que o dá a ler e que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega a seu leitor" (1990, p. 127).

Segundo Carvalho (1998, p. 35-36), os impressos de fornecem:

[...] indícios sobre as práticas escolares que se formalizam nos seus usos, mas tem peso documental fortemente demarcados por sua relação com as estratégias que são produtos. O que significa dizer que as informações que fornecem sobre as práticas escolares são mediadas por sua configuração como produtos dessas estratégias. Essas configurações dão índices sobre políticas de atendimento escolar, sobre métodos pedagógicos, sobre critérios de seleção de conteúdo, sobre públicos visados; sobre os princípios e sobre as prioridades que orientam uma determinada iniciativa de reforma educacional.

É interessante para a História Cultural dos saberes pedagógicos determinar a apropriação que os educadores e autores fazem dos saberes pedagógicos que colocam em circulação, em suas estratégias de difusão e imposição desses saberes. No caso brasileiro, essa questão é importante, pois recentemente, as políticas editoriais na área da educação foram amplamente dependentes da iniciativa de intelectuais que se empenharam na difusão de saberes pedagógicos, como autores, organizadores de coleções, tradutores e reformadores do ensino público (CARVALHO, 1998, p. 40).

O contexto educacional na década de 1930: conflito entre "renovadores e católicos"

Após a Revolução de 1930 e durante o Governo Vargas, acentuou-se o conflito entre "renovadores (conhecidos também como escolanovistas) e católicos" com a possibilidade da Associação Brasileira de Educação (ABE) fornecer ao novo Estado o desenho da educação nacional que se instauraria na nova constituição e da necessidade, instalada pela propaganda em prol da *causa educacional*, do estabelecimento das novas diretrizes para a política da educação brasileira (TOLEDO, 2001, p. 61).

Nesse embate, o livro se torna arma de propaganda fundamental na transformação da cultura nacional. Desse modo, a disputa entre "renovadores e católicos" também se estenderam através de suas publicações. Segundo Carvalho (1998, p. 399-401), o grupo católico era aglutinado em torno das diretrizes católicas, propunha como base da nacionalidade, a moral católica e projetava um sistema educacional bipartido em "educação do povo/educação das elites"; o grupo dos renovadores, liberal e laico, considerava que a formação do professorado de todos os graus deveria se realizar na Universidade, de modo que na escola se constituísse a "unidade educativa" pela unidade formativa do professorado: fundamento para a "republicanização" do país e da democratização do acesso à escola, que produziria "educação comum e igual para todos", capaz de selecionar as reais elites intelectuais do país entre as diferentes classes sociais.

Para educadores renovadores, a Revolução de 1930 representou para a educação e o ensino um momento renovação desencadeado pelos escolanovistas desde os anos 20 que defendiam a idéias de modernização da nação brasileira pela renovação do ensino. Em 1932, foi lançado o *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, onde o grupo de renovadores liberais pôde apresentar seus ideais, com base no pensamento pedagógico de Comte, Durkheim e Dewey, definindo uma política de educação nacional e um projeto de escola para a sociedade brasileira (HILSDORF, 2003, p. 95-96).

O governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com a imagem de novo, moderno e nacional, manteve uma linha de atuação autoritária, centralizada e intervencionista. Sendo assim, a educação deveria promover os valores atribuídos à família, à religião, à pátria e ao trabalho para serem propagados e aceitos nacionalmente formando uma nação moderna. (OLIVEIRA, 1990 p. 99)

"Assim, as linhas ideológicas que definem a política educacional do período vão se orientando pelas matrizes instituintes do Estado Novo (1937-1945): centralização, autoritarismo, nacionalização e modernização". (HILSDORF, 2003, p. 99)

O governo de Getúlio Vargas, por meio da Constituição de 1934, instituiu o ensino religioso facultativo nas escolas oficiais, inclusive no ensino normal. A partir da instalação da Assembléia Constituinte em 1933, a questão do ensino religioso nas escolas públicas passou a dividir opiniões de políticos e educadores da época. Porém, mesmo com o empenho dos renovadores pela laicização da educação, na Constituição de 1934 o ensino religioso tornou-se facultativo (SILVA, 1980, p.20).

Esse conflito demonstra a disputa ideológica entre "renovadores e católicos" e ainda a discordância dos renovadores com os rumos tomados pela educação durante o governo autoritário de Vargas que, de acordo com os indícios, esteve mais favorável aos educadores católicos. Com isso, o livro foi instrumento importante na divulgação do pensamento de cada grupo.

O livro *Democracia e Educação* (1936) no Brasil

O livro *Democracia e Educação*, de John Dewey (1859-1952), foi traduzido por Godofredo Rangel e Anísio Teixeira e publicado em 1936, pela Companhia Editora Nacional (CEN). Esse livro é o volume 21 que compõe a coleção *Atualidades Pedagógicas* (1931-1981). A coleção é uma das cinco séries constitutivas da *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, destinada à formação de professores, idealizada e dirigida por Fernando Azevedo de 1931 a 1946. Após a saída de Azevedo em 1946, a coleção passa a ser dirigida por J. B. Damasco Pena (TOLEDO, 2001).

Segundo Toledo (2001, p. 73), o projeto da *Biblioteca* era vinculado aos projetos de Azevedo. Ele vinculou seus projetos políticos ao empreendimento comercial e editorial e seu objetivo seria "combater a literatura e a escola tradicional". Sob a direção de Azevedo, a coleção lançada pela CEN ganhou o título de qualidade devido o reconhecimento da importância do diretor no setor educacional do país. A escolha do nome do diretor, sob o ponto de vista de estratégia comercial pode ter garantido o convencimento que a coleção é confiável e como propaganda para o público consumidor.

Com base nos argumentos de Toledo mencionados acima, considero que Azevedo procurou imprimir nos livros da coleção os ideais escolanovistas defendidos por ele e também expressados no *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, para isso, ele convidou para compor a coleção os educadores e intelectuais que compartilhavam das mesmas idéias.

Nesse contexto, para modificar a mentalidade de sociedade brasileira, a escola também deveria passar por modificações, não apenas nos prédios precários, mas também nos métodos de ensino com pessoal formado adequadamente. Por isso, a ação dos intelectuais contribuiu para as discussões em torno da formação dos professores que deveriam estar mais preparados para alcançar os novos fins políticos e sociais da educação. Com isso, as idéias nacionalistas também fizeram

parte dessas discussões sobre a educação brasileira e os livros eram peças importantes na formação dos novos profissionais.

John Dewey e Anísio Teixeira: reflexões sobre nacionalismo e educação

O livro *Democracia e Educação*, escrito em 1916, foi publicado no Brasil em pleno Período Vargas - momento de forte repressão e autoritarismo. Nesse livro, Dewey apresenta seu conceito de democracia e educação e argumenta que, para que houvesse o desenvolvimento humano pela educação era necessário um método, um órgão e uma instituição administrativa que se encarregasse de promover à instrução - uma organização especial amparada pelos poderes públicos (a escola). Para Dewey (1959, p. 100):

Pôr em prática idéias novas sobre educação, idéias destinadas a criar uma nova sociedade, dependia, ao cabo de tudo, da ação dos estados existentes. O movimento a favor do ideal democrático tornou-se inevitavelmente em uma campanha para a criação de escolas públicas.

Segundo Dewey, na Europa, as condições históricas identificaram a campanha pela educação mantida pelo estado com a campanha nacionalista na vida política - fato que contribuiu para a geração de movimentos ulteriores. Principalmente pela influência da filosofia germânica, a educação converteu-se a uma função cívica e a função cívica se identificou com a realização do estado nacional. "O 'estado' substituiu a humanidade; o cosmopolitanismo cedeu o lugar ao nacionalismo. Formar o cidadão, e não o 'homem', tornou-se meta da educação" (1959, p. 110).

Com base nessa teoria[3] de educação, o estado forneceria os meios para a manutenção das escolas públicas e também seus objetivos. Desse modo, a educação enfocava a eficiência social e a subordinação do indivíduo aos interesses do país como o de manter a supremacia internacional do estado em diversos setores. "A educação foi considerada mais como um adestramento disciplinar do que como meio de desenvolvimento pessoal". (DEWEY, 1959, p. 101)

Dewey explica que, os problemas de uma educação *em* e *para* uma sociedade democrática é "estabelecido pelo conflito de um objetivo nacionalista com o mais lato objetivo social". Para o autor, "a concepção de educação como um processo e uma função social não tem significação definida enquanto não definirmos a espécie de sociedade que temos em mente" (p. 103). Especialmente nos países continentais europeus, a nova idéia da educação como meio para atingir o progresso humano foi apreendida pelos interesses nacionalistas para reforçar os objetivos sociais. Mas, o que houve na verdade, foi o obscurecimento do sentido social. Devido aos interesses políticos e econômicos, as nações vivem em conflito umas com as outras pela busca da superioridade e acabam perdendo a clareza para o sentido social da educação (1959, p. 104-105).

Para Dewey (1959, p. 107), as filosofias idealistas institucionais do século XIX suprimiram à falta de um órgão executor remetendo ao estado a função de organizar a educação pública, mas dessa forma, restringiram a concepção do objetivo social da educação dando lugar ao ideal de subordinação dos indivíduos as instituições.

A partir da reflexão das idéias apresentadas por Dewey no livro *Democracia e Educação* sobre educação, verifico que o autor discorda da filosofia germânica e não concebe a educação como adestramento disciplinar, mas sim, como uma "reconstrução ou reorganização da experiência, que esclarece e aumenta o sentido

desta e também a nossa aptidão para dirigirmos o curso das experiências subsequentes" (1959, p. 83). Os princípios nacionalistas que podem ter influenciado o pensamento do autor se referem ao oferecimento do ensino para todos da sociedade (nacionalização do ensino), de modo que cada indivíduo possa ter a oportunidade de reorganizar suas experiências. Assim, por meio da educação os indivíduos terão experiências para a vida social, pois cabem as pessoas da comunidade tomar as decisões. Segundo Dewey (1959, p. 106):

[...] uma sociedade indesejável é a que interna e externamente cria barreiras para o livre intercâmbio de comunicação da experiência. Uma sociedade é democrática na proporção em que prepara todos os seus membros para com igualdade aquinhoarem de seus benefícios e em que assegura o maleável reajustamento de suas instituições por meio das diversas formas de vida associada. Essa sociedade deve adotar um tipo de educação que proporcione aos indivíduos um interesse pessoal nas relações e direções sociais, e hábitos de espírito que permitam mudanças sociais sem o ocasionamento de desordem.

Assim, em sociedades que adotaram regimes autoritários - como o adotado pelo Brasil durante o Período Vargas - as propostas educacionais de Dewey não se realizariam, pois, nesses regimes a educação tem função de adestrar os indivíduos e não de intercambiar experiências. Para Dewey (1959, p. 93), para que haja educação é preciso ter democracia e, "uma democracia é mais que uma forma de governo; é principalmente, uma forma de vida associada, de experiência conjunta e mutualmente comunicada". Segundo a concepção deweyana:

[...] educar não é um mero procedimento pelo qual se instrui as crianças para reproduzirem determinados conhecimentos. Educar é por o indivíduo em contato com a cultura a que pertence e, mais do que isto, é prepará-lo para discernir situações que exijam reformulações e para agir em consonância com estas necessidades de transformação. Todo o procedimento educativo tem a finalidade primordial de possibilitar a continuidade da vida do agrupamento social. A finalidade da educação não deve se encerrar no interior de qualquer instituição formalmente criada para instruir, mas deve estar enraizada na necessidade de sobrevivência da coletividade. (CUNHA, 1999, p. 38)

Para Dewey (1959, p. 21-23), a escola é um órgão social, a primeira de suas funções seria proporcionar um ambiente simplificado, selecionando os aspectos mais fundamentais para que os jovens pudessem ter uma compreensão real das coisas complexas. Por meio da convivência, a escola proporciona aos jovens de raças, religião e costumes diferentes um meio mais novo e vasto.

Como mencionei anteriormente, no momento em que o livro *Democracia e Educação* foi traduzido e publicado no Brasil, o país vivia num regime político autoritário que, segundo alguns autores como Silva (1980), foi um momento de fortes influências nazi-fascistas[4] vindas principalmente da Alemanha e Itália. Com isso, nesse momento, o autoritarismo e o nacionalismo eram os principais elementos enfocados pelo governo.

Nesse contexto, a democracia não era vivida pela sociedade brasileira, com isso, Anísio Teixeira na tentativa de solucionar os problemas de sua realidade, ao ter contato com o pensamento deweyano, inspirou-se, particularmente, no conceito de democracia para construir sua obra e sua filosofia da educação brasileira levando

em conta as particularidades culturais e políticas do país. De acordo com Pagni (2008, p. 70-71), o primeiro sentido que Teixeira compreende a democracia começou a ser desenvolvido desde a publicação de seu relatório *Aspectos americanos da educação*, em 1928, e foi aprimorado ao longo de sua vida. Para Teixeira, a democracia se sustentaria por meio de dois princípios básicos para vigorar na vida social: o primeiro seria que, os membros de um determinado grupo se aglutinassem em torno de interesses comuns e, que os diferentes grupos constituídos intercambiassem experiências.

A produção teórica de Anísio Teixeira (1900-1971) destinou-se aos futuros professores e também aos professores que já atuavam nas escolas brasileiras, pois "entendia ser necessário formar um corpo técnico especializado em matéria de educação e formar uma opinião pública favorável à reforma da educação" (PAGNI, 2008, p.24).

No livro *Em marcha apara a democracia*, publicado em 1936, Teixeira expõe as fontes filosóficas que apoiaram as medidas tomadas por ele em sua administração e seu pensamento acerca da situação política e educacional do país. Teixeira se apropria do conceito deweyano de democracia para propor mudanças na educação do país e propõe uma ampliação desse conceito, estendendo-o "à compreensão de como o Estado poderia adotá-lo e de como o público que o representa seria formado" (PAGNI, 2008, p. 34). Compartilhando das idéias de Dewey, Teixeira (1934, p. 45) também pensa que: "a democracia não é, entretanto, conforme vimos, sómente uma forma de governo, mas uma nova organização social, em que se busca offerecer a todos os individuos eguaes oportunidades e eguaes responsabilidades para a livre expansão dos seus valores".

Segundo Pagni (2008, p. 35), o compromisso de Teixeira com a democracia pode ser notado em 1935, quando ele se demite da Diretoria Geral da Instrução Pública, em função dos rumos tomados pelo Governo do Distrito Federal e do espaço concedido ao autoritarismo dos seus opositores. Devido à perseguição sofrida por muitos de seus colaboradores e por ele, Teixeira deixou a vida pública, retornou à Caetité/BA (sua cidade natal) para trabalhar com sua família no setor de mineração, pois, seus projetos de democracia e a suas propostas de reforma da educação não tinham sentido em meio de um governo autoritário e centralizador que via na educação uma forma de adestrar o indivíduo.

Para Teixeira, o sentido de uma filosofia da educação, em sua circulação na comunidade, através da livre comunicação entre os seus membros, "aspiraria a uma vida melhor, mais bela e mais justa, descobrindo a solução dos problemas emergentes da contemporaneidade no estudo dos melhores hábitos mentais e morais e na criação de novas formas de existência" (PAGNI, 2008, p. 70). Com base nesses ideais de democracia e, nas experiências vividas durante sua viagem aos Estados Unidos, Teixeira se posiciona contra o regime de governo autoritário imposto pelo Estado Novo e busca a mudança da sociedade. Assim, verifico que Teixeira não esteve de acordo com a situação política e educacional vivida durante o Período Vargas, principalmente durante o Estado Novo, por isso, ele se afastou da vida pública. Segundo Teixeira (1934, p. 14):

Tudo pode mudar e está a mudar. As instituições foram criadas pelo homem para o servirem e não para o dominarem. E o criterio para esse permanente evoluir que é um permanente experimentar, é o da vida do homem no mundo, entendia como o processo ininterruptamente ascencional para uma maior largueza e uma maior altura. Vida mais rica, mais alta, mais ampla e mais livre. Desta sorte, a democracia americana presuppõe tres factos fundamentaes: a) que todos os homens têm completo direito a uma perfeita participação nas formas mais altas de

vida social, o que envolve direito, a igual oportunidade econômica e igual oportunidade educativa; b) que a vida neste planeta está sujeita às leis ordinárias de evolução, sendo a progressiva libertação do homem, dentro das suas condições naturais de vida, uma questão de esforço, de experiência e de ascensão ajustamento; c) que o homem, pela largueza do seu coeficiente de educabilidade e pelo seu poder de controle sobre as causas naturais que lhe dá o conhecimento, vai-se tornando, cada vez mais, senhor e juiz do seu destino na terra.

Teixeira considera que a educação tem função social e que a democracia deve oferecer oportunidades iguais para que todos possam se desenvolver e ascender socialmente. Porém, mesmo com a escola oferecendo oportunidades iguais para todos, há certas desigualdades que podem dificultar o desenvolvimento do indivíduo como as condições sócio-econômicas, entre outras.

A democracia se propunha a oferecer a todos os homens iguais oportunidades, a fim de permitir a cada um a conquista do seu lugar e o sucesso, medida cheia de suas possibilidades.

Em vez das antigas barreiras quase invencíveis, o que há, hoje, é um robusto movimento de estímulo às migrações entre classes e à ascensão dos mais capazes.

[...]

Por certo essas tentativas de equalização de oportunidades são reduzidas, em seus resultados, por algumas desigualdades difíceis, não impossíveis de remover.

A educação de cada um de nós se processa somente nas escolas e mesmo que essas sejam as mesmas para todos, o lar, a família, os ideais e maneiras do nosso grupo, as oportunidades de nos colocarmos, etc., tudo isso ainda se distribui muito desigualmente pela sociedade. (TEIXEIRA, 1934, p. 52)

Com isso, compreendo que Teixeira, por meio de seu trabalho e de sua filosofia da educação, procurou combater o autoritarismo do governo de Vargas e a ideologia dos educadores católicos que o apoiavam ao defender um regime de governo democrático que oferecesse oportunidades iguais e integrasse todos os indivíduos da comunidade. Teixeira considerou que era necessário conciliar uma finalidade nacionalista de educação com uma finalidade social. Assim, penso que para propor a integração e democratização do ensino e das oportunidades a todos, tanto Teixeira quanto Dewey se basearam nos princípios nacionalistas, entretanto, tais princípios são diferentes daqueles que visavam adestrar os indivíduos.

Considerações finais

Com este estudo verifico que Dewey não compartilha da concepção nacionalista de educação (filosofia germânica) que busca formar o indivíduo para atender os interesses do estado (adestramento). As ideias nacionalistas que podem ter fundamentado o pensamento de Dewey no livro *Democracia e Educação*, estão no sentido de nacionalizar e descentralizar o ensino tornando-o acessível a todos. O filósofo americano defende que a educação, ao invés de adestrar, deve intercambiar experiências entre os membros da comunidade, mas para isso, é necessário que haja democracia.

Anísio Teixeira foi um dos maiores divulgadores do pensamento de Dewey e da Escola Nova no Brasil, com isso, ele se apropriou dos conceitos de democracia e educação para construir sua filosofia da educação, levando em consideração as particularidades da sociedade brasileira. Ele se baseou nesses conceitos para elaborar as mudanças no sistema educacional, e ampliou o conceito de democracia para que o estado pudesse adotá-lo (PAGNI, 2008, p. 34) e, compartilhou com a idéia de Dewey em relação à necessidade de conciliar uma finalidade nacionalista de educação com uma finalidade social.

Com isso, Teixeira se posicionou contra o governo anti-democrático estabelecido durante o Período Vargas (1931-1945) e, através de seu trabalho combateu a ideologia desse governo e dos educadores católicos ao propor uma sociedade democrática que oferecesse oportunidades iguais aos seus membros.

Por fim, considero que, há indícios de que o livro *Democracia e Educação*, como os outros livros da coleção *Atualidades Pedagógicas* (1931-1945), foram publicados como estratégias editoriais, para combater a ideologia do Estado Novo e dos educadores católicos e, para divulgar a Escola Nova no Brasil. Considero ainda que, os impressos funcionam como dispositivos de normatização pedagógica e como suporte material das práticas escolares, pois visam transformar a cultura pedagógica.

Referências

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: CATANI, D. B.; SOUZA, C. P. (Orgs.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 31-40.

CHARTIER, Roger. *História Cultural entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CUNHA, Marcus Vinícius da. *John Dewey: uma filosofia para educadores em sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1999.

DEWEY, John. *Democracia e Educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

HILSDORF, Maria Lucia S. *História da Educação: leituras*. São Paulo; Pioneira Thomson Learning, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

PAGNI, Pedro Ângelo. *Anísio Teixeira: experiência reflexiva e projeto democrático: a atualidade de uma filosofia da educação*. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. *Do "Manifesto de 1932" à construção de um saber pedagógico - ensaiando um diálogo entre Fernando Azevedo e Anísio Teixeira*. Ijuí: Unijuí, 2000.

SILVA, Marinete dos Santos. *A educação Brasileira no Estado Novo*. São Paulo: Editora Livramento, 1980.

TEIXEIRA, Anísio. *Em marcha para a democracia: a margem dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1934.

TOLEDO, Maria Rita. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*, 2001. Tese (Doutorado em Educação) - PUC. Campinas. 2001.

[1] Pedagoga e mestranda em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciência - UNESP/Marília, Linha de Pesquisa História e Filosofia da Educação no Brasil, bolsista FAPESP, orientada pela Dra. Ana Clara Bortoleto Nery.

[2] Este texto resultou das leituras e discussões de textos propostos pela disciplina *Temas Contemporâneos em Filosofia da Educação*, do programa de Pós-Graduação em Educação UNESP/Marília, ministrada pelo professor Pedro Ângelo Pagni, no segundo semestre de 2008.

[3] Segundo denomina Dewey.

[4] Em março de 1940 foi criada a Juventude Brasileira, entidade submetida aos Ministérios da Educação e Saúde e da Guerra, que tinha objetivos de contribuir com a educação cívica das novas gerações. Silva (1980, p. 26) acredita que, a Juventude Brasileira foi inspirada em instituições congêneres existentes na Itália (os Balila e os Avanguardistas) e na Alemanha (a Juventude Hitlerista).

Nacionalismo e Educação Brasileira: reflexões sobre o pensamento de John Dewey e

Anísio Teixeira

Leila Maria Inoue¹

Neste trabalho² tenho por objetivos refletir sobre a concepção nacionalista de educação presente no livro *Democracia e Educação*, de John Dewey, traduzido no Brasil por Godofredo Rangel e Anísio Teixeira e publicado pela Companhia Editora Nacional em 1936, e analisar em que medida, Teixeira se apropriou do pensamento de Dewey para defender suas idéias educacionais.

Este texto foi desenvolvido tendo como base as perspectivas da História Cultural e tem a finalidade contribuir para minha pesquisa de mestrado intitulada *O nacionalismo através dos impressos: a Revista de Educação (1921-1923) e a coleção Atualidades Pedagógicas (1931-1924)* e compreender como os ideais nacionalistas foram divulgados nos impressos de destinação pedagógica no Período Vargas.

A análise de impressos de destinação pedagógica é importante para a História da Educação, pois revelam as tendências educacionais, políticas e culturais que formavam os professores em determinadas épocas e lugares. Nesse sentido, Chartier afirma que “não existe texto fora do suporte que o dá a ler e que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega a seu leitor” (1990, p. 127).

Segundo Carvalho (1998, p. 35-36), os impressos de fornecem:

[...] indícios sobre as práticas escolares que se formalizam nos seus usos, mas tem peso documental fortemente demarcados por sua relação com as estratégias que são produtos. O que significa dizer que as informações que fornecem sobre as práticas escolares são mediadas por sua configuração como produtos dessas estratégias. Essas configurações dão índices sobre políticas de atendimento escolar, sobre métodos pedagógicos, sobre critérios de seleção de conteúdo, sobre públicos visados; sobre os princípios e sobre as prioridades que orientam uma determinada iniciativa de reforma educacional.

É interessante para a História Cultural dos saberes pedagógicos determinar a apropriação que os educadores e autores fazem dos saberes pedagógicos que colocam em

¹ Pedagoga e mestranda em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciência – UNESP/Marília, Linha de Pesquisa História e Filosofia da Educação no Brasil, bolsista FAPESP, orientada pela Dra. Ana Clara Bortoleto Nery.

² Este texto resultou das leituras e discussões de textos propostos pela disciplina *Temas Contemporâneos em Filosofia da Educação*, do programa de Pós-Graduação em Educação UNESP/Marília, ministrada pelo professor Pedro Ângelo Pagni, no segundo semestre de 2008.

circulação, em suas estratégias de difusão e imposição desses saberes. No caso brasileiro, essa questão é importante, pois recentemente, as políticas editoriais na área da educação foram amplamente dependentes da iniciativa de intelectuais que se empenharam na difusão de saberes pedagógicos, como autores, organizadores de coleções, tradutores e reformadores do ensino público (CARVALHO, 1998, p. 40).

O contexto educacional na década de 1930: conflito entre “renovadores e católicos”

Após a Revolução de 1930 e durante o Governo Vargas, acentuou-se o conflito entre “renovadores (conhecidos também como escolanovistas) e católicos” com a possibilidade da Associação Brasileira de Educação (ABE) fornecer ao novo Estado o desenho da educação nacional que se instauraria na nova constituição e da necessidade, instalada pela propaganda em prol da *causa educacional*, do estabelecimento das novas diretrizes para a política da educação brasileira (TOLEDO, 2001, p. 61).

Nesse embate, o livro se torna arma de propaganda fundamental na transformação da cultura nacional. Desse modo, a disputa entre “renovadores e católicos” também se estenderam através de suas publicações. Segundo Carvalho (1998, p. 399-401), o grupo católico era aglutinado em torno das diretrizes católicas, propunha como base da nacionalidade, a moral católica e projetava um sistema educacional bipartido em “educação do povo/educação das elites”; o grupo dos renovadores, liberal e laico, considerava que a formação do professorado de todos os graus deveria se realizar na Universidade, de modo que na escola se constituísse a “unidade educativa” pela unidade formativa do professorado: fundamento para a “republicanização” do país e da democratização do acesso à escola, que produziria “educação comum e igual para todos”, capaz de selecionar as reais elites intelectuais do país entre as diferentes classes sociais.

Para educadores renovadores, a Revolução de 1930 representou para a educação e o ensino um momento renovação desencadeado pelos escolanovistas desde os anos 20 que defendiam a idéias de modernização da nação brasileira pela renovação do ensino. Em 1932, foi lançado o *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, onde o grupo de renovadores liberais pôde apresentar seus ideais, com base no pensamento pedagógico de Comte, Durkeim e Dewey, definindo uma política de educação nacional e um projeto de escola para a sociedade brasileira (HILSDORF, 2003, p. 95-96).

O governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com a imagem de novo, moderno e nacional, manteve uma linha de atuação autoritária, centralizada e intervencionista. Sendo

assim, a educação deveria promover os valores atribuídos à família, à religião, à pátria e ao trabalho para serem propagados e aceitos nacionalmente formando uma nação moderna. (OLIVEIRA, 1990 p. 99)

“Assim, as linhas ideológicas que definem a política educacional do período vão se orientando pelas matrizes instituintes do Estado Novo (1937-1945): centralização, autoritarismo, nacionalização e modernização”. (HILSDORF, 2003, p. 99)

O governo de Getúlio Vargas, por meio da Constituição de 1934, instituiu o ensino religioso facultativo nas escolas oficiais, inclusive no ensino normal. A partir da instalação da Assembléia Constituinte em 1933, a questão do ensino religioso nas escolas públicas passou a dividir opiniões de políticos e educadores da época. Porém, mesmo com o empenho dos renovadores pela laicização da educação, na Constituição de 1934 o ensino religioso tornou-se facultativo (SILVA, 1980, p.20).

Esse conflito demonstra a disputa ideológica entre “renovadores e católicos” e ainda a discordância dos renovadores com os rumos tomados pela educação durante o governo autoritário de Vargas que, de acordo com os indícios, esteve mais favorável aos educadores católicos. Com isso, o livro foi instrumento importante na divulgação do pensamento de cada grupo.

O livro *Democracia e Educação* (1936) no Brasil

O livro *Democracia e Educação*, de John Dewey (1859-1952), foi traduzido por Godofredo Rangel e Anísio Teixeira e publicado em 1936, pela Companhia Editora Nacional (CEN). Esse livro é o volume 21 que compõe a coleção *Atualidades Pedagógicas* (1931-1981). A coleção é uma das cinco séries constitutivas da *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, destinada à formação de professores, idealizada e dirigida por Fernando Azevedo de 1931 a 1946. Após a saída de Azevedo em 1946, a coleção passa a ser dirigida por J. B. Damasco Pena (TOLEDO, 2001).

Segundo Toledo (2001, p. 73), o projeto da *Biblioteca* era vinculado aos projetos de Azevedo. Ele vinculou seus projetos políticos ao empreendimento comercial e editorial e seu objetivo seria “combater a literatura e a escola tradicional”. Sob a direção de Azevedo, a coleção lançada pela CEN ganhou o título de qualidade devido o reconhecimento da importância do diretor no setor educacional do país. A escolha do nome do diretor, sob o ponto de vista de estratégia comercial pode ter garantido o convencimento que a coleção é confiável e como propaganda para o público consumidor.

Com base nos argumentos de Toledo mencionados acima, considero que Azevedo procurou imprimir nos livros da coleção os ideais escolanovistas defendidos por ele e também expressados no *Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova*, para isso, ele convidou para compor à coleção os educadores e intelectuais que compartilhavam das mesmas idéias.

Nesse contexto, para modificar a mentalidade de sociedade brasileira, a escola também deveria passar por modificações, não apenas nos prédios precários, mas também nos métodos de ensino com pessoal formado adequadamente. Por isso, a ação dos intelectuais contribuiu para as discussões em torno da formação dos professores que deveriam estar mais preparados para alcançar os novos fins políticos e sociais da educação. Com isso, as idéias nacionalistas também fizeram parte dessas discussões sobre a educação brasileira e os livros eram peças importantes na formação dos novos profissionais.

John Dewey e Anísio Teixeira: reflexões sobre nacionalismo e educação

O livro *Democracia e Educação*, escrito em 1916, foi publicado no Brasil em pleno Período Vargas – momento de forte repressão e autoritarismo. Nesse livro, Dewey apresenta seu conceito de democracia e educação e argumenta que, para que houvesse o desenvolvimento humano pela educação era necessário um método, um órgão e uma instituição administrativa que se encarregasse de promover à instrução – uma organização especial amparada pelos poderes públicos (a escola). Para Dewey (1959, p. 100):

Pôr em prática idéias novas sobre educação, idéias destinadas a criar uma nova sociedade, dependia, ao cabo de tudo, da ação dos estados existentes. O movimento a favor do ideal democrático tornou-se inevitavelmente em uma campanha para a criação de escolas públicas.

Segundo Dewey, na Europa, as condições históricas identificaram a campanha pela educação mantida pelo estado com a campanha nacionalista na vida política - fato que contribuiu para a geração de movimentos ulteriores. Principalmente pela influência da filosofia germânica, a educação converteu-se a uma função cívica e a função cívica se identificou com a realização do estado nacional. “O ‘estado’ substituiu a humanidade; o cosmopolitanismo cedeu o lugar ao nacionalismo. Formar o cidadão, e não o ‘homem’, tornou-se meta da educação” (1959, p. 110).

Com base nessa teoria³ de educação, o estado forneceria os meios para a manutenção das escolas públicas e também seus objetivos. Desse modo, a educação enfocava a eficiência social e a subordinação do indivíduo aos interesses do país como o de manter a supremacia internacional do estado em diversos setores. “A educação foi considerada mais como um adestramento disciplinar do que como meio de desenvolvimento pessoal”. (DEWEY, 1959, p. 101)

Dewey explica que, os problemas de uma educação *em e para* uma sociedade democrática é “estabelecido pelo conflito de um objetivo nacionalista com o mais lato objetivo social”. Para o autor, “a concepção de educação como um processo e uma função social não tem significação definida enquanto não definirmos a espécie de sociedade que temos em mente” (p. 103). Especialmente nos países continentais europeus, a nova idéia da educação como meio para atingir o progresso humano foi apreendida pelos interesses nacionalistas para reforçar os objetivos sociais. Mas, o que houve na verdade, foi o obscurecimento do sentido social. Devido aos interesses políticos e econômicos, as nações vivem em conflito umas com as outras pela busca da superioridade e acabam perdendo a clareza para o sentido social da educação (1959, p. 104-105).

Para Dewey (1959, p. 107), as filosofias idealistas institucionais do século XIX suprimiram à falta de um órgão executor remetendo ao estado a função de organizar a educação pública, mas dessa forma, restringiram a concepção do objetivo social da educação dando lugar ao ideal de subordinação dos indivíduos as instituições.

A partir da reflexão das idéias apresentadas por Dewey no livro *Democracia e Educação* sobre educação, verifico que o autor discorda da filosofia germânica e não concebe a educação como adestramento disciplinar, mas sim, como uma “reconstrução ou reorganização da experiência, que esclarece e aumenta o sentido desta e também a nossa aptidão para dirigirmos o curso das experiências subsequentes” (1959, p. 83). Os princípios nacionalistas que podem ter influenciado o pensamento do autor se referem ao oferecimento do ensino para todos da sociedade (nacionalização do ensino), de modo que cada indivíduo possa ter a oportunidade de reorganizar suas experiências. Assim, por meio da educação os indivíduos terão experiências para a vida social, pois cabem as pessoas da comunidade tomar as decisões. Segundo Dewey (1959, p. 106):

[...] uma sociedade indesejável é a que interna e externamente cria barreiras para o livre intercambio de comunicação da experiência. Uma sociedade é democrática na proporção em que prepara todos os seus membros para com igualdade aquinhoarem de seus benefícios e em que assegura o maleável

³ Segundo denomina Dewey.

reajustamento de suas instituições por meio das diversas formas de vida associada. Essa sociedade deve adotar um tipo de educação que proporcione aos indivíduos um interesse pessoal nas relações e direções sociais, e hábitos de espírito que permitam mudanças sociais sem o ocasionamento de desordem.

Assim, em sociedades que adotaram regimes autoritários - como o adotado pelo Brasil durante o Período Vargas - as propostas educacionais de Dewey não se realizariam, pois, nesses regimes a educação tem função de adestrar os indivíduos e não de intercambiar experiências. Para Dewey (1959, p. 93), para que haja educação é preciso ter democracia e, “uma democracia é mais que uma forma de governo; é principalmente, uma forma de vida associada, de experiência conjunta e mutualmente comunicada”. Segundo a concepção deweyana:

[...] educar não é um mero procedimento pelo qual se instrui as crianças para reproduzirem determinados conhecimentos. Educar é por o indivíduo em contato com a cultura a que pertence e, mais do que isto, é prepará-lo para discernir situações que exijam reformulações e para agir em consonância com estas necessidades de transformação. Todo o procedimento educativo tem a finalidade primordial de possibilitar a continuidade da vida do agrupamento social. A finalidade da educação não deve se encerrar no interior de qualquer instituição formalmente criada para instruir, mas deve estar enraizada na necessidade de sobrevivência da coletividade. (CUNHA, 1999, p. 38)

Para Dewey (1959, p. 21-23), a escola é um órgão social, a primeira de suas funções seria proporcionar um ambiente simplificado, selecionando os aspectos mais fundamentais para que os jovens pudessem ter uma compreensão real das coisas complexas. Por meio da convivência, a escola proporciona aos jovens de raças, religião e costumes diferentes um meio mais novo e vasto.

Como mencionei anteriormente, no momento em que o livro *Democracia e Educação* foi traduzido e publicado no Brasil, o país vivia num regime político autoritário que, segundo alguns autores como Silva (1980), foi um momento de fortes influências nazi-fascistas⁴ vindas principalmente da Alemanha e Itália. Com isso, nesse momento, o autoritarismo e o nacionalismo eram os principais elementos enfocados pelo governo.

Nesse contexto, a democracia não era vivida pela sociedade brasileira, com isso, Anísio Teixeira na tentativa de solucionar os problemas de sua realidade, ao ter contato com o

⁴ Em março de 1940 foi criada a Juventude Brasileira, entidade submetida aos Ministérios da Educação e Saúde e da Guerra, que tinha objetivos de contribuir com a educação cívica das novas gerações. Silva (1980, p. 26) acredita que, a Juventude Brasileira foi inspirada em instituições congêneres existentes na Itália (os Balilla e os Avanguardistas) e na Alemanha (a Juventude Hitlerista).

pensamento deweyano, inspirou-se, particularmente, no conceito de democracia para construir sua obra e sua filosofia da educação brasileira levando em conta as particularidades culturais e políticas do país. De acordo com Pagni (2008, p. 70-71), o primeiro sentido que Teixeira compreende a democracia começou a ser desenvolvido desde a publicação de seu relatório *Aspectos americanos da educação*, em 1928, e foi aprimorado ao longo de sua vida. Para Teixeira, a democracia se sustentaria por meio de dois princípios básicos para vigorar na vida social: o primeiro seria que, os membros de um determinado grupo se aglutinassem em torno de interesses comuns e, que os diferentes grupos constituídos intercambiassem experiências.

A produção teórica de Anísio Teixeira (1900-1971) destinou-se aos futuros professores e também aos professores que já atuavam nas escolas brasileiras, pois “entendia ser necessário formar um corpo técnico especializado em matéria de educação e formar uma opinião pública favorável à reforma da educação” (PAGNI, 2008, p.24).

No livro *Em marcha apara a democracia*, publicado em 1936, Teixeira expõe as fontes filosóficas que apoiaram as medidas tomadas por ele em sua administração e seu pensamento acerca da situação política e educacional do país. Teixeira se apropria do conceito deweyano de democracia para propor mudanças na educação do país e propõe uma ampliação desse conceito, estendendo-o “à compreensão de como o Estado poderia adotá-lo e de como o público que o representa seria formado” (PAGNI, 2008, p. 34). Compartilhando das idéias de Dewey, Teixeira (1934, p. 45) também pensa que: “a democracia não é, entretanto, conforme vimos, sómente uma forma de governo, mas uma nova organização social, em que se busca offerecer a todos os individuos eguaes oportunidades e eguaes responsabilidades para a livre expansão dos seus valores”.

Segundo Pagni (2008, p. 35), o compromisso de Teixeira com a democracia pode ser notado em 1935, quando ele se demite da Diretoria Geral da Instrução Pública, em função dos rumos tomados pelo Governo do Distrito Federal e do espaço concedido ao autoritarismo dos seus opositores. Devido à perseguição sofrida por muitos de seus colaboradores e por ele, Teixeira deixou a vida pública, retornou à Caetité/BA (sua cidade natal) para trabalhar com sua família no setor de mineração, pois, seus projetos de democracia e a suas propostas de reforma da educação não tinham sentido em meio de um governo autoritário e centralizador que via na educação uma forma de adestrar o indivíduo.

Para Teixeira, o sentido de uma filosofia da educação, em sua circulação na comunidade, através da livre comunicação entre os seus membros, “aspiraria a uma vida melhor, mais bela e mais justa, descobrindo a solução dos problemas emergentes da contemporaneidade no estudo dos melhores hábitos mentais e morais e na criação de novas

formas de existência” (PAGNI, 2008, p. 70). Com base nesses ideais de democracia e, nas experiências vividas durante sua viagem aos Estados Unidos, Teixeira se posiciona contra o regime de governo autoritário imposto pelo Estado Novo e busca a mudança da sociedade. Assim, verifico que Teixeira não esteve de acordo com a situação política e educacional vivida durante o Período Vargas, principalmente durante o Estado Novo, por isso, ele se afastou da vida pública. Segundo Teixeira (1934, p. 14):

Tudo pode mudar e está a mudar. As instituições foram criadas pelo homem para o servirem e não para o dominarem. E o critério para esse permanente evoluir que é um permanente experimentar, é o da vida do homem no mundo, entendia como o processo ininterruptamente ascensional para uma maior largueza e uma maior altura. Vida mais rica, mais alta, mais ampla e mais livre. Desta sorte, a democracia americana presuppõe tres factos fundamentaes: a) que todos os homens têm completo direito a uma perfeita participação nas formas mais altas de vida social, o que envolve direito, a igual oportunidade economica e igual oportunidade educativa; b) que a vida neste planeta está sujeita ás leis ordinarias de evolução, sendo a progressiva libertação do homem, dentro das suas condições naturaes de vida, uma questão de esforço, de experiencia e de ascensional ajustamento; c) que o homem, pela largueza do seu coeeficiente de educabilidade e pelo seu poder de controle sobre as causas naturaes que lhe dá o conhecimento, vae-se tornando, cada vez mais, senhor e juiz do seu destino na terra.

Teixeira considera que a educação tem função social e que a democracia deve oferecer oportunidades iguais para que todos possam se desenvolver e ascender socialmente. Porém, mesmo com a escola oferecendo oportunidades iguais para todos, ha certas desigualdades que podem dificultar o desenvolvimento do indivíduo como as condições sócio-econômicas, entre outras.

A democracia se propunha a offerecer a todos os homens eguaes oportunidades, afim de permittir a cada um a conquista do seu lugar e o successo, medida cheia de suas possibilidades.

Em vez das antigas barreiras quasi invenciveis, o que ha, hoje, é um robusto movimento de estímulo ás migrações entre classes e á ascensão dos mais capazes.

[...]

Por certo essas tentativas de equalização de oportunidades são reduzidas, em seus resultados, por algumas desigualdades difficeis, sinão impossiveis de remover.

A educação de cada um de nós se processa somente nas escolas e mesmo que essas sejam as mesmas para todos, o lar, a familia, os ideaes e maneiras do no nosso grupo, as oportunidades de nos collocarmos, etc., tudo isso ainda se distribue muito desigualmente pela sociedade. (TEIXEIRA, 1934, p. 52)

Com isso, compreendo que Teixeira, por meio de seu trabalho e de sua filosofia da educação, procurou combater o autoritarismo do governo de Vargas e a ideologia dos

educadores católicos que o apoiavam ao defender um regime de governo democrático que oferecesse oportunidades iguais e integrasse todos os indivíduos da comunidade. Teixeira considerou que era necessário conciliar uma finalidade nacionalista de educação com uma finalidade social. Assim, penso que para propor a integração e democratização do ensino e das oportunidades a todos, tanto Teixeira quanto Dewey se basearam nos princípios nacionalistas, entretanto, tais princípios são diferentes daqueles que visavam adestrar os indivíduos.

Considerações finais

Com este estudo verifico que Dewey não compartilha da concepção nacionalista de educação (filosofia germânica) que busca formar o indivíduo para atender os interesses do estado (adestramento). As idéias nacionalistas que podem ter fundamentado o pensamento de Dewey no livro *Democracia e Educação*, estão no sentido de nacionalizar e descentralizar o ensino tornando-o acessível a todos. O filósofo americano defende que a educação, ao invés de adestrar, deve intercambiar experiências entre os membros da comunidade, mas para isso, é necessário que haja democracia.

Anísio Teixeira foi um dos maiores divulgadores do pensamento de Dewey e da Escola Nova no Brasil, com isso, ele se apropriou dos conceitos de democracia e educação para construir sua filosofia da educação, levando em consideração as particularidades da sociedade brasileira. Ele se baseou nesses conceitos para elaborar as mudanças no sistema educacional, e ampliou o conceito de democracia para que o estado pudesse adotá-lo (PAGNI, 2008, p. 34) e, compartilhou com a idéia de Dewey em relação à necessidade de conciliar uma finalidade nacionalista de educação com uma finalidade social.

Com isso, Teixeira se posicionou contra o governo anti-democrático estabelecido durante o Período Vargas (1931-1945) e, através de seu trabalho combateu a ideologia desse governo e dos educadores católicos ao propor uma sociedade democrática que oferecesse oportunidades iguais aos seus membros.

Por fim, considero que, há indícios de que o livro *Democracia e Educação*, como os outros livros da coleção *Atualidades Pedagógicas* (1931-1945), foram publicados como estratégias editoriais, para combater a ideologia do Estado Novo e dos educadores católicos e, para divulgar a Escola Nova no Brasil. Considero ainda que, os impressos funcionam como dispositivos de normatização pedagógica e como suporte material das práticas escolares, pois visam transformar a cultura pedagógica.

Referências

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: CATANI, D. B.; SOUZA, C. P. (Orgs.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 31-40.

CHARTIER, Roger. *História Cultural entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CUNHA, Marcus Vinícius da. *John Dewey: uma filosofia para educadores em sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1999.

DEWEY, John. *Democracia e Educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

HILSDORF, Maria Lucia S. *História da Educação: leituras*. São Paulo; Pioneira Thomson Learning, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na primeira república*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

PAGNI, Pedro Ângelo. *Anísio Teixeira: experiência reflexiva e projeto democrático: a atualidade de uma filosofia da educação*. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. *Do "Manifesto de 1932" à construção de um saber pedagógico – ensaiando um diálogo entre Fernando Azevedo e Anísio Teixeira*. Ijuí: Unijuí, 2000.

SILVA, Marinete dos Santos. *A educação Brasileira no Estado Novo*. São Paulo: Editora Livramento, 1980.

TEIXEIRA, Anísio. *Em marcha para a democracia: a margem dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1934.

TOLEDO, Maria Rita. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*, 2001. Tese (Doutorado em Educação) - PUC. Campinas. 2001.